

SESSÕES DO PLENÁRIO

3ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1º de março de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADA NEUSA CADORE (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com o tema: Mulher e Democracia, que é proposta pela bancada feminina e coordenada pelo nosso mandato.

Agora, tenho o imenso prazer de compor a Mesa para dar seguimento aos trabalhos. Gostaria de convidar, para compor a Mesa, a Sr.^a Deputada Estadual Maria del Carmen (palmas); a Sr.^a Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, Julieta Palmeira, que aqui representa o governador Rui Costa (palmas); o magnífico reitor da Universidade Federal da Bahia, professor João Carlos Salles Pires da Silva (palmas); a Sr.^a Coordenadora do Centro de Defesa de Direitos Humanos, promotora Márcia Teixeira, representante da procuradora-geral de Justiça, Ediene Lousado (palmas); a Sr.^a Secretária de Promoção da Igualdade Racial, Fabya Reis (palmas); a Sr.^a Secretária Estadual de Trabalho, Emprego e Renda e Esporte, Olívia Santana (palmas); a Sr.^a Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Dr.^a Celi Regina Jardim Pinto (palmas); a Sr.^a Vereadora da Cidade do Salvador Marta Rodrigues (palmas); a Sr.^a Professora da Universidade Federal da Bahia, e uma das organizadoras do livro “O Golpe na Perspectiva de Gênero”, Linda Rubim (palmas); a Sr.^a Representante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher - NEIM, da UFBA, professora Márcia Macedo. (Palmas)

Neste momento convido a todos e todas para ficar de pé e ouvir o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Peço à deputada Maria del Carmen que assuma a presidência da Mesa, para que eu possa fazer uma saudação.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Concedo a palavra à proponente da sessão, e líder da bancada, deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a NEUSA CADORE:- Eu gostaria de dar boas-vindas a todas e todos, e dizer que é com muita alegria que a nossa bancada feminina tem a honra de dar início à agenda do Março Mulher 2018 aqui, na Assembleia Legislativa, acolhendo companheiras e companheiros de tantas lutas, companheiros do movimento social, autoridades, lideranças políticas e nossas aguerridas secretárias.

Eu gostaria de saudar a deputada Maria del Carmen, que está presidindo a sessão; a nossa querida secretária de Mulheres, Julieta Palmeira; o magnífico reitor da Universidade Federal da Bahia, bendito entre as mulheres, professor João Carlos Salles (palmas); a nossa querida parceira, que é coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, promotora Márcia Teixeira; a nossa secretária de Promoção da Igualdade Racial, companheira Fabya Reis; a nossa secretária Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, nossa queridíssima Olívia Santana; a Sr.^a Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que veio de muito longe, Celi Regina Jardim Pinto. Boas-vindas ao nosso Estado, a esta Casa; a nossa querida vereadora da cidade de Salvador, Marta Rodrigues; saudar de forma muito carinhosa a ela, que é uma das organizadoras do livro, a nossa querida professora Linda Rubim (palmas); a Sr.^a representante do NEIM, também um grande parceiro nosso, professora Márcia Macedo; e Fernanda Argolo, que está aí, conosco, que é uma jovem e também é uma das organizadoras desse trabalho.

E dizer que para nós é sempre muito gratificante poder abrir a Casa do Povo, esta Assembleia, para dar voz aos diversos segmentos que hoje, nesta atividade, estão bem representados. Infelizmente, não podemos dizer que nesta Casa, no dia a dia desta Casa, as mulheres estejam representadas a altura do que representamos na sociedade. Aqui há 63 cadeiras e temos apenas oito mulheres aqui, fazendo o embate no dia a dia.

É bom lembrar que recentemente, sábado passado, comemoramos os 86 anos da conquista do voto feminino. Mas a luta é grande, porque ainda somos pouco mais de 10% de mulheres que conseguem um cargo por eleição ou ocupam espaços de poder significativos.

Então, nós temos... (Lê) “(...) o grande desafio de ampliar a representação das mulheres nos espaços de poder, pautar nesses espaços as nossas bandeiras de luta e fazer o enfrentamento necessário face às desigualdades de gênero, que são tão fortes no País, e defender a democracia.”

Lutar por igualdade de direitos entre homens e mulheres é fundamental para a democracia. Democracia que neste momento, em nosso País, está gravemente ferida.

(Lê) “Neste momento a gente vive um verdadeiro estado de exceção, em que a gente sente na pele o crescimento da intolerância e do ódio, o crescimento do ataque às conquistas sociais da classe trabalhadora, do aumento da violência e da opressão contra as mulheres, contra a população negra, contra a população LGBT, que são os segmentos historicamente esquecidos em nosso País, momento de grande perseguição política contra esse projeto que transformou e vinha transformando o nosso País.”

Então, nada melhor do que esse momento para a gente abraçar o desafio de refletir sobre o significado do que está acontecendo e sobre o futuro da democracia.

(Lê) “Por isso nós queremos agradecer à professora Linda Rubim, agradecer a Fernanda Argolo, que organizaram esse trabalho, pela disponibilidade, coragem e pelo compromisso de trazer para o debate público o tema do *impeachment* da primeira mulher presidenta da República, do golpe.”

Trazer para o debate o golpe e, sobretudo, os impactos do golpe e do *impeachment* sobre a vida das mulheres.

E eu queria parabenizar, de forma muito particular, a Universidade Federal da Bahia, que está aqui representada pelo reitor. Ela é muito importante, pois é a editora da UFBA que publica esse livro. E é nesse tipo de universidade que nós acreditamos, professor João Carlos, a universidade que estimula a crítica, que estimula a consciência social e, sobretudo, que estimula a construção da igualdade de gênero. A UFBA faz isso.

(Lê) “Aproveito para saudar todas as autoras que se debruçaram sobre o tema. Tenho certeza de que esse livro vai ser um instrumento importante para a nossa atuação em diversos espaços, e parabenizo a todas na pessoa da professora que veio lá do Rio Grande do Sul, professora Celi Regina, que aceitou, inclusive, o convite para vir aqui, com a gente,...” dar a palestra principal desta sessão, desse lançamento.

A professora Celi tem licenciatura em História, tem mestrado em Ciência Política e doutorado em Governo, com experiência na área de Teoria Política, com ênfase em Teoria da Democracia e Teoria Feminista. É um presente ter a senhora aqui para este diálogo, esta exposição.

Mas quero saudar todas as mulheres principalmente as que estão aqui. As mulheres estão, sim, comprometidas na denúncia do golpe. As mulheres denunciam esse golpe como patriarcal e midiático. As mulheres estão fazendo resistência e assumindo o protagonismo, sim, em muitos espaços, não só no Brasil, pois elas estão fazendo isso no mundo inteiro.

Termino falando da alegria que, neste momento, toma-nos o coração e a alma, porque no dia 16 a Bahia vai sediar a Assembleia Mundial de Mulheres. (Palmas) E o tema é “Mulheres: resistência e transformação”. E nós sabemos da força que carregamos. Somos fortes porque estamos juntas na luta.

Avante companheiras! Fora Temer! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Retorna à presidência dos trabalhos a deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, deputada Maria del Carmen.

E, neste momento, convido a Dr.^a Celi Regina Pinto para fazer a sua exposição, pelo tempo de 20 minutos. (Palmas)

A Sr.^a CELI REGINA PINTO:- Boa tarde a todas e a todos e às autoridades presentes.

Eu estava sentada ali a lembrar quando houve o golpe no ano passado eu pensava: “Nossa, eu não pensei que eu iria ter tempo na vida para ver uma coisa tão desgrçada.” Digo isso porque eu fui alguém que lutou pela redemocratização deste País e acreditava nela. Eu dizia não ser possível que, depois de tanto tempo, eu vá ter de enfrentar uma nova luta pela redemocratização.

Mas agora eu estava sentada à Mesa, olhei para a plateia e olhei novamente para a Mesa e me disse: “Mas eu também não pensava que teria tempo de viver para ver uma Assembleia Legislativa mobilizada e cheia, com um reitor de universidade sentado à Mesa, para homenagear o Dia das Mulheres e para começar uma Semana das Mulheres.” (Palmas)

Acho que, na verdade, nós nos surpreendemos sempre, porque quando começamos a lutar pelas questões da mulher, quando nos tornamos feministas – e a minha querida Mary Castro, sentada na primeira fila, uma das mais doces amigas da minha vida, sabe disso tão bem quanto eu –, para conseguirmos juntar três, quatro, cinco, dez pessoas para nos ouvirem era: “Ai, meu Deus, que sucesso foi o nosso acontecimento!”

E quando vimos o Plenário da Assembleia Legislativa com homens e mulheres, não só mulheres, porque era um gueto das mulheres; e quando vejo um reitor de universidade sentado entre as mulheres num dia como este, eu digo: “Bom, achei que não ia precisar viver para enfrentar um golpe, mas também achei que não teria o prazer de viver esta situação”, porque foi muito difícil a nossa história e a nossa vida de feministas da velha guarda, na segunda onda. Acho que, agora, estamos na quarta ou quinta onda, pois se muda de onda a toda hora.

Antes de começar, gostaria de dedicar esta minha fala especialmente à disciplina do professor Luis Felipe Miguel, da UnB: “O golpe de 2016 e a ameaça à democracia”.

(Lê) “Falar sobre mulher e política em uma casa legislativa quando se está lançando um livro que analisa as questões de gênero envolvidas no *impeachment* da primeira presidenta eleita no Brasil e em uma data tão próxima a 8 de março nos leva, quase que naturalmente, a falar das imensas dificuldades das mulheres para romperem as barreiras a elas impostas para participarem da vida político-eleitoral no Brasil.

O Brasil aparece em 151º lugar dentre os 187 países analisados pela União Interparlamentar quanto à participação das mulheres nos parlamentos. Na Câmara dos Deputados, nós não chegamos a 10%.

É interessante que nesse mesmo relatório da União Interparlamentar, de 1º de dezembro de 2017, os seguintes os países ocupavam os dez primeiros lugares quanto à participação das mulheres nos parlamentos: O 1º lugar é de Ruanda, que possui mais mulheres em seu parlamento (61%); 2º, Bolívia (53,10%); 3º, Cuba (49,90%); 4º, Nicarágua (45,70%); 5º, Suécia (43,60%); 6º, México (42,60%); 7º, Finlândia (42%); 8º, Senegal (43,60%); 9º, África do Sul (41,80%); e 10º, Noruega (41,40%).”

Eu faço questão de listá-los porque se formos prestar atenção nesses dez países veremos que não há nada que os una como característica. Nós temos países africanos, países latino-americanos, países europeus, países de alta democracia, países sem nenhuma democracia, países mais desenvolvidos do mundo, países com um dos piores IDHs do mundo, que é Ruanda, e o melhor IDH do mundo, a Noruega.

Então, ficamos pensando nisso. Afinal, o que acontece que as mulheres não conseguem romper essa dificuldade que nós temos para entrar nos parlamentos? E

quando nós vemos os DAs, que têm mais mulheres, não conseguimos achar uma razão para isso. O que acontece, afinal de contas, com isso?

(Lê) “Não existe uma explicação fácil para essas presenças, tampouco para as ausências. No caso brasileiro, as barreiras enfrentadas pelas mulheres para participarem da vida político-partidária, para terem sucesso eleitoral, são inúmeras.

Muito dos aqui presentes podem estar pensando: mas por que as mulheres reclamam? No Brasil os partidos têm grande dificuldade de cumprir a lei dos 30% de mulheres em suas listas.”

Isso é verdade. Quem é de partido político aqui sabe como é difícil conseguir trazer 30% de mulheres para as suas listas partidárias.

(Lê) “Mas o que temos de investigar é por que as mulheres não se candidatam. Há um conjunto robusto de razões, a única que não pode ser aceita é que mulher não se candidata porque não gosta de política.”

E esta é a mais comum.

(Lê) “Explicar essas ausências não será o foco central da minha fala aqui, mas não poderia deixar de indicar, pelo menos, rapidamente, três aspectos que são centrais para entender essa dificuldade.

A primeira é a forma de como as oligarquias partidárias se reproduzem no País, determinando, pelo tipo de lista partidária que se faz, os candidatos preferenciais que os partidos, através das oligarquias, apontam; os postos-chaves que, durante os governos, os políticos homens têm nas administrações, que lhes cacifam depois para serem candidatos; e os postos que os políticos têm dentro dos seus próprios partidos.”

Então, há uma capacidade das oligarquias partidárias, das burocracias partidárias se reproduzirem. E elas são masculinas, elas são majoritariamente brancas, são de homens de meia-idade, geralmente de classe média ou ricos. E elas se reproduzem com grande capacidade e com grande habilidade.

(Lê) “A segunda razão pela qual é tão difícil as mulheres chegarem aos parlamentos diz respeito à arrecadação e distribuição de recursos para financiamentos de campanha também no interior dos partidos.”

E, aí, não interessa se o financiamento é público, se ele é privado, empresarial ou de pessoa física. A questão é o controle. Quem controla a distribuição dos recursos partidários são, dentro dos partidos, os a quem é dado o direito de dar a A e não a B recursos para fazer campanha.

Então, nós temos a primeira razão pela qual é tão difícil as mulheres chegarem a ganhar as eleições: é porque os partidos dificultam a chegada das mulheres.

(Lê) “A terceira razão é a posição da mulher, a conservadora posição da mulher na estrutura familiar no Brasil.”

Eu sempre dou um exemplo. Eu crio um personagem, que é um deputado entre os seus 35 e 40 anos, vamos pensar, do interior da Bahia, um deputado federal com dois filhos, um de 3 anos e o outro de 5 anos. Todas as segundas-feiras ele sai do interior da Bahia e vai a Brasília, passa a semana inteira em Brasília. E na quinta-

feira, à noite, ele volta para Salvador e, depois, para o interior. Chega lá e estão a sua mulher e os seus dois filhos esperando.

Troque-se o gênero dessa criatura: uma mulher entre os seus 30 e 40 anos, com dois filhos, morando no interior da Bahia. Vejam se ela tem condições de sair do interior. Não precisa nem ser do interior, pois ela pode ser até de Salvador. Só estou colocando a questão mais complicada. Observem se ela tem condições de sair do interior e ir a Brasília para ser deputada. Vejam se a estrutura familiar patriarcal e conservadora que nós temos permite a uma mulher com dois filhos pequenos ou com filhos em idade escolar sair de casa para ser deputada. Isso seria uma irresponsabilidade. Pensariam todos: “Não votarei nela. O que ela está pensando?” Então, nós temos, além de uma estrutura partidária, uma estrutura completamente oligarquizada, uma sociedade extremante conservadora que não permite que a mulher se coloque como candidata. Essas são as questões mais pungentes da ausência das mulheres na Câmara de Deputados, nas assembleias legislativas e até nas câmaras municipais.

Mas há um paradoxo nessa questão da mulher e política. Que paradoxo é esse: essa difícil relação da mulher com a política, esses sucessivos fracassos de conseguir se eleger como deputada, como senadora.

O movimento feminista é um movimento absolutamente político. Isso é que é interessante. A atuação das mulheres sempre foi uma atuação absolutamente política desde o século XIX, com as *suffragettes*, até hoje. As sufragistas, as mulheres, começaram nos Estados Unidos e Inglaterra e chegaram ao Brasil com grande força, conseguindo em 1932 o direito de votar e de ser votada.

Nós temos sempre movimentos políticos. O movimento feminista, em sua primeira onda, no século XIX, foi eminentemente político. E em sua segunda onda, no século XX, na década de 70, tinha duas consignas importantíssimas, básicas: o privado é político, o pessoal é político. Então, apesar de termos esse afastamento da política institucional, porque nós não conseguimos entrar, poucas de nós entram, a luta das mulheres sempre foi uma luta muito política.

Perguntam por que essas duas expressões: “o privado é político”, “o pessoal é político”, são tão importantes para a luta das mulheres, são tão importantes para o feminismo?

(Lê) “Porque o estado democrático liberal que dá corpo político ao capitalismo se estrutura a partir da rígida divisão entre o público e o privado. E nesta rígida divisão o público foi construído como o espaço da razão, o espaço da política, do poder, do trabalho remunerado, enfim, da ação, da fala e do poder dos homens; o privado foi designado como o espaço do afeto, do pessoal, da família sob a chefia do homem, do trabalho não remunerado, enfim, um lugar onde o Estado não se envolvia, o espaço da mulher.

A democracia liberal, como nos ensina Carole Pateman, constitui-se a partir de um contrato, chamado de social, mas antes de qualquer coisa é um contrato sexual, que exclui as mulheres do mundo público.

Quando as feministas na década de 1970 dizem: o privado é político, o pessoal é político, estão dizendo que o privado não era o espaço do afeto, mas o espaço preferencial das relações desiguais de gênero, um espaço de exercício de poder dos homens, o espaço privilegiado da violência contra as mulheres.

Enfim, que a distinção rígida entre o público e o privado impedia as mulheres de serem cidadãs em paridade aos homens, permitindo a reprodução do Estado patriarcalizado.

Quando as mulheres chegavam ao espaço público eram tratadas, e, muitas vezes, até hoje são, como estando fora do lugar. Quando pobres, operárias, eram praticamente escravizadas em trabalhos pesados, mal remunerados e desprezados socialmente.

As que não podiam cumprir as regras do espaço privado eram desqualificadas publicamente. Mulheres que andavam nas ruas, que necessitavam trabalhar eram socialmente consideradas párias. No Brasil, as mulheres pobres, na maioria negras, foram sempre tratadas como semiescravas, com raros direitos, pelas mulheres, na maioria brancas, que viviam em gaiolas de ouro.

Mas a luta das feministas no Brasil, a partir da década de 70, tomou cores muito particulares quanto à sua qualidade de político. Enquanto no norte global o conceito de político e de política teve *status* de princípio organizador do pensamento, no Brasil tinha um conteúdo muito concreto.

A luta feminista no Brasil nasceu com a luta contra a ditadura militar que o País viveu por mais de duas décadas, a partir de 1964.

O feminismo nasceu no meio da esquerda que lutava contra a ditadura, e, muitas vezes, apesar dela.

As mulheres que começaram a se organizar tinham de convencer a esquerda de que não estavam traindo a luta de classes e nem a luta pela redemocratização do País.”

Era tão forte isso, e essa é uma luta muito interessante das mulheres na década de 70 no Brasil – fim de 60, início de 70 e ao longo dos 70 –, que as mulheres tinham de convencer seus companheiros de esquerda de que não estavam traindo a revolução.

Em Paris, quando as mulheres estavam exiladas, havia uma organização brasileira que organizava famílias exiladas e com dificuldades financeiras. Pois essa organização, que era de exilados de esquerda, fez um documento dizendo que pararia de dar apoio econômico às famílias cujas mulheres participassem de reuniões feministas. Isso está escrito, existe prova disso, inclusive num livro meu sobre o feminismo. As mulheres dos 70 lutavam dentro da esquerda, e havia um imenso preconceito da própria esquerda.

Mas também tinha da direita. Os militares odiavam as feministas, os militares diziam que as feministas iriam acabar com a família e com a moral cristã. Na década de 70, as mulheres faziam reuniões e convidavam sempre um homem, não é o caso hoje, sempre tinha um homem na mesa para dizer: “Olha, não é uma reunião de feministas.” Era a única forma de as reuniões serem autorizadas pela censura.

Em outra vez, as mulheres no Rio fizeram uma grande reunião e chamaram a Coca-Cola para ser patrocinadora. Os militares acharam que a Coca-Cola podia, não devia ser subversiva.

Nós tínhamos, na década de 70, pressão dos dois lados: pela esquerda, porque estávamos traindo a luta de classes; pela direita, porque estávamos acabando com a família, a tradição, a propriedade e a moral cristã. Não acabamos, porque pela quantidade de símbolos que tem aqui não conseguimos vencer nesse particular. (Palmas)

(Lê) “Mas, mesmo assim, quando o Brasil começa a dar seus primeiros passos rumo à redemocratização as mulheres feministas já estavam muito organizadas e lutando politicamente por seus direitos e por participação.

Em 1982, há as primeiras eleições para governadores pós-golpe de 1964. Franco Montoro se elege governador pelo PMDB em São Paulo, e nos primeiros meses de sua administração, por pressão das mulheres do partido, é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, o primeiro do Brasil.

Em 1985, no governo Sarney, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, promessa do presidente morto, Tancredo Neves, que havia sido pressionado pelas mulheres para fazê-lo.

E as mulheres estiveram presentes na política no interior do Estado ao longo da experiência democrática que se desenvolveu ao longo das décadas de 80 e 90 e nos 16 primeiros anos do século XXI. Foi uma presença muito forte.

Enquanto em muitos países do mundo as mulheres enfrentam o Estado patriarcal como o inimigo a ser batido, os casos das feministas turcas e indianas são paradigmáticos, no Brasil se desenvolve um chamado feminismo de Estado, que trata de minar o Estado patriarcalizado a partir de dentro.

Em 1986, houve o Encontro Nacional do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, quando foi redigida uma carta das mulheres brasileiras aos constituintes, na qual se demandava um conjunto de direitos.

Também foram enviadas à Constituinte três emendas populares que tratavam dos direitos das mulheres e somavam 243.068 assinaturas. A emenda que possuía maior número de assinaturas referia-se à aposentadoria da dona de casa; a mais radical propunha a legalização do aborto.”

Esse tema até hoje tão tabu na sociedade brasileira, que trata de uma forma completamente infantilizada a questão do aborto.

(Lê) “A terceira emenda mandada à Constituinte foi a emenda nº 20, que percorria uma larga gama de direitos que buscavam a igualdade da mulher no trabalho, na vida civil, nos direitos reprodutivos e na luta contra a violência.”

A Constituição, esta que nós temos e que está sendo rasgada a todo momento, consagrou a maioria das reivindicações da emenda nº 20, tornando-se uma carta constitucional com um conjunto significativo de garantias e direitos para as mulheres.

Muitas mulheres, ou a grande maioria das mulheres, no Brasil não sabem o quanto a Constituição brasileira garante de direitos às mulheres. Isso é muito

importante e nós deveríamos lutar mais por esses direitos a partir da carta constitucional.

(Lê) “Em 2003, com a primeira eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência, foi criada a Secretaria de Política para as Mulheres, com status de ministério, marcando uma forte presença das feministas dentro do Estado. A SPM foi um espaço muito importante para as feministas brasileiras. Através dela houve uma interlocução muito forte com os movimentos, tanto com a presença de mulheres em cargos dentro da própria Secretaria como na relação da Secretaria com mulheres feministas nos movimentos sociais e mesmo na academia.

A partir de 2004 aconteceram quatro conferências nacionais de política das mulheres, duas nos governos de Lula e duas nos governos de Dilma. Por uma coincidência, o último dia da 4ª Conferência coincidiu com o último dia de Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, dia 12 de maio de 2016, quando o Senado autorizou a abertura do processo de *impeachment*. As mulheres saíram da Conferência e foram esperar Dilma na rampa do Planalto.

As quatro conferências tiveram estágios municipais e estaduais antes de cada evento nacional e mobilizaram, ao longo dos anos, milhares e milhares de mulheres. Foram movimentos de participação política importante que a mídia brasileira ignorou completamente. Quando estudamos as conferências (não só as de mulheres), quando analisamos suas resoluções, o número de pessoas envolvidas, as formas como as decisões eram tomadas, as influências que tiveram em políticas públicas, percebemos a efervescência de um novo patamar de democracia: participativa, deliberativa, direta. Mas nada disso foi publicizado. Nada disso tornou-se patrimônio político do povo brasileiro. Continuou sendo política de governo e governos passam. São derrotados pelas urnas ou pelos golpes.

Nas conferências foram discutidos e propostos dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres que pautaram muitas das políticas públicas do período.

A Secretaria de Política para as Mulheres e os movimentos organizados também foram centrais na luta pelo fim da violência contra as mulheres, pela criminalização da violência contra a mulher. Foram criadas um número relevante de Delegacias Especiais para mulheres; foram aprovadas a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio.

Como as mulheres e as mulheres feministas chegaram até ao Estado? Chegaram através dos movimentos sociais e das ONGs. São mulheres ligadas ou simpatizantes de partidos de centro-esquerda e de esquerda, porque é nesta quadra do espectro político que se encontra a grande maioria das feministas. Foram delegadas das conferências, foram servidoras públicas de carreira, foram cargos comissionados, foram militantes de movimentos sociais. Apesar de tudo isto, ficaram fora dos cargos eletivos, não tivemos mais prefeitas, mais governadoras, nem mais deputadas estaduais e federais apesar de toda essa presença das mulheres na política ao longo dos governos de Lula e de Dilma.

A enorme participação política das mulheres sempre é computada como não política. Isso foi central na forma como a imagem de Dilma Rousseff foi construída

tanto pelos seus algozes como, algumas vezes, pelos seus próprios companheiros de partido.

No capítulo que escrevi no livro, argumento sobre o equívoco de não pensar Dilma como uma mulher política pelo simples fato de nunca ter tido um cargo eletivo antes de ser presidenta da República.

Para me encaminhar para a conclusão, gostaria ainda de enfatizar dois rápidos pontos:

O primeiro é que, apesar de toda essa presença das mulheres feministas no Estado, apesar de todas as conquistas alcançadas, e, sem dúvida, houve conquistas, a estrutura de poder se manteve, a política ainda é dominada quase que totalmente por homens brancos, de classe média ou burguesa.

E isso é muito grave, porque por mais legítima que tenha sido a chegada das mulheres ao Estado através dos movimentos sociais e ONGs, através da pressão política, essa presença depende, em grande medida, do governo da ocasião. Direitos arduamente conquistados podem ser perdidos. Estão agora sendo ameaçados.

Um segundo ponto, e final, é que a experiência democrática que vivemos até 31 de agosto de 2016 pressionou as velhas estruturas, mas não as rompeu. Foram elas que deram o lastro para o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A experiência democrática que se encerrou com o *impeachment* não poderia continuar porque ameaçava, mesmo que comedidamente, as bases da estrutura de poder que sustenta a democracia liberal capitalista e patriarcal.

A nova experiência que estamos vivendo é, fundamentalmente, um modelo capitalista neoliberal de democracia mínima, em que os direitos são muito limitados. Trata-se de convencer os eleitores de que a única forma do País ser governado é através de um ajuste conservador e de intervenções militares garantidoras da ordem, que a riqueza deve ser concentrada e os direitos limitados. Neste cenário, o lugar para a política é muito limitado, os movimentos sociais tendem a ser criminalizados, os direitos dos pobres, dos menos poderosos tendem a ser vendidos pelos governos, através da mídia, como privilégios.

As conquistas dos movimentos de mulheres, do movimento feminista, e falo deles porque é deles que vim falar, mas há muitas outras conquistas e lutas, todas estão severamente ameaçadas. O modelo neoliberal que se implanta não é um modelo de direitos, mas de privilégios para poucos.

Penso que há só uma forma de romper este círculo vicioso, de épocas de democracia expandida seguidas por regimes autoritários ou modelos democráticos excludentes, é lutar para democratizar a democracia, é lutar por um regime democrático onde a necessidade de igualdade de todos limite a liberdade de poucos e a liberdade democraticamente construída seja de todos e seja limitadora de uma falsa igualdade. Portanto, é preciso lutar pelo fim das desigualdades sociais, do machismo, do sexismo, do racismo, da homofobia, da lesbofobia.

Temos de começar, em primeiro lugar, em minha opinião, por povoar os legislativos estaduais e os federais de mulheres, de negros e negras, de homossexuais,

de povo nas próximas eleições (palmas), só desta forma não arrancarão do poder com tanta facilidade a próxima mulher que for eleita presidenta da República.”

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, professora Celi. Muito obrigada. Muito nos enriqueceu essa explanação.

Eu queria convidar para fazer parte da mesa, a companheira Elisângela Araújo, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e também do Fórum Baiano de Agricultura Familiar; (palmas) queria registrar a presença da nossa querida deputada Fátima Nunes; (palmas) registrar que a deputada presidente da Comissão de Mulheres, deputada Luiza Maia, está acompanhando o governador que se encontra em Camaçari, que é a cidade dela, né?; A deputada Fabíola Mansur, que está participando do Congresso Nacional do PSB, então ambas em atividades importantes; registrar também a presença do senhor Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Paulo Cesar Miguez. Muito obrigada (palmas); registrar a presença da professora Dra. Vanessa Cavalcante, da UCSal, e também pesquisadora do Neim (palmas); registrar a presença do nosso querido ex-secretário de cultura, Albino Rubim (palmas); registrar a presença de uma pessoa muito querida para nós, Ení Bastos, que é assessora especial da Secretaria de Educação, a presença de professora Naíra Moura da UNEB, nossa grande parceira, registrar que a nossa querida senadora Lídice da Mata não pode estar presente, e está aqui representada por Nereida Mazza; saudar Edson Nonato Silva de Paula da CUT; professora Maricélia Oliveira Santos da UNEB; saudar a secretária executiva do Conselho Estadual da Cidade, nossa companheira Micaú Barreto; saudar a nossa ex-vereadora de Salvador, a combativa companheira Vania Galvão; saudar Patrícia Gordiano, coordenadora de comunicação da Cese Coordenadoria Ecumênica de Serviço, sempre presente também; Registrar Nereide Cegala Coelho que é vice presidente da Cooperativa C do sertão; saudar Maria do Carmo que é do Sindicato das Domésticas, sempre presente também, Ana Nogueira, assessora, e aqui representando também o Centro Comunitário da Paróquia Nossa Senhora das Dores do Lobato; saudar Maria José, nossa querida presidente do STR de Quixabeira, veio de longe; saudar a professora Fátima Freire, coordenadora de educação e aqui representando o Centro da Mulher Baiana.

Saudar a Soldado Viviane Maria de Santana Melo aqui representando a Casa Militar; saudar a Cabo Claudete Nascimento de Souza, também da Casa Militar aqui presente; saudar a nossa vereadora Néa Bastos, de Pintadas, vereadora Joilma Rios, de Várzea da Roça, vereadora Lucílla, também de Quixabeira; saudar Ana Guedes da direção estadual do PCdoB; saudar Ially Gomes, do Sindicato das Cooperativas do estado da Bahia; saudar Fátima Fróes da Rede, Mulher e Mídia que está na organização do Fórum Social Mundial, Antônio Cipriano do CDA, Maria Vandalva do MOC, Movimento de Organização Comunitária, Tiago Machado de Lima, professor da UNEB, muito obrigada; saudar Soraya Rocha Marques, assessora do superintendente da ABIN, Clarice Santana, também professora, Maria Cardoso

também foi professora da UFBA, Miriam Martinez, vereadora de Lauro de Freitas, obrigada Miriam, Graça Maria, assessora de comunicação da FAMMCEBA, Jamile Souza, pesquisadora da UFBA, Maria Maranhão; Mariana Cruz Fonseca, também da UFBA; Amilton Oliveira, do Movimento Comunitário da Federação de Associações; Vítor Freire; Sandra Pacheco, também professora da Uneb; Déa Mascarenhas Cardoso, médica, e aqui também representando a UFBA; Bárbara Chaves, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, lá de Lauro de Freitas; Flávia Garcia Rosa, diretora da Editora da UFBA, diretora premiada, nossas saudações; (palmas) professora Mary Castro, que é uma das pesquisadoras, uma das autoras do livro. (Palmas)

Muito obrigada a todos e todas.

Quero dizer que o nosso governador foi convidado e fez questão – quero registrar isto – de justificar sua ausência. Ele está numa agenda em Camaçari, mas queria ler aqui:

(Lê) “Sr^a Deputada, reportamo-nos ao convite referente à Sessão Especial Mulher e Democracia e ao lançamento do livro Golpe na Perspectiva de Gênero, que ocorrerá nesta quinta, 1º de março, e queremos informar que não será possível a participação do Ex.^{mo} Sr. Governador Rui Costa em virtude de compromissos institucionais previamente programados”.

Mas ele designou a secretária de Política para as Mulheres, Julieta Palmeira, (palmas) que está aqui representando o governador. O governador agradece a atenção do convite e parabeniza pelo evento.

Vamos dar continuidade. Agora, quero conceder a palavra, por 5 minutos – porque depois a gente tem, ainda, lá no saguão, a sessão de lançamento, de assinatura, os autógrafos das nossas autoras –, à vereadora Marta Rodrigues para fazer a sua saudação.

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com a palavra a vereadora Marta Rodrigues pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a MARTA RODRIGUES:- Boa tarde a todas e todos.

Queria saudar a deputada estadual Neusa Cadore e, na sua pessoa, saudar toda essa Mesa representativa. A gente só conta aqui com a presença masculina do magnífico reitor – justa aqui a sua presença –, mas as demais são mulheres, e todas vocês que estão aqui, outras minhas colegas vereadoras, que viajaram para também estar aqui neste momento.

Quero dizer, deputada Neusa, que este 1º de março se inicia aqui com esta sessão tão importante para todas nós, mulheres que militamos na luta, no dia a dia, no Parlamento, como também em diversas outras frentes. Para a gente, representa muito esse livro, para todas que se debruçaram para sua construção, e hoje nós estamos tendo aqui o prazer de estar neste lançamento. Um lançamento com o debate, com uma sessão, e isso faz o diferencial.

Ouvindo aqui a nossa professora, que veio de tão longe, lá do Rio Grande do Sul, mas que nos trouxe informações importantes, fiquei ali, atentamente,

acompanhando. Como nós vamos para esse debate de democracia, quando a senhora trouxe aquela preocupação com a presidenta Dilma, com o presidente Lula, com todo esse debate e essa construção histórica, e também o momento da saída da presidenta Dilma?

Aquilo ali nos custou muito caro. Mas, antes disso, professora, há um fato que nós, mulheres da Bahia, as baianas ousadas, também determinadas, como as mulheres dos demais estados, nós ficamos dentro de um avião... Tem mais gente aqui. Quem estava naquele avião em que ficamos presas por duas horas?

(Algumas pessoas acenam afirmativamente na plateia.)

Está vendo que tem mais gente aqui?! Nós ficamos dentro de um avião por duas horas. A Polícia Federal nos deixou nesse avião e depois nos conduziu para uma sala bem pequena para um interrogatório. Só que nós, em momento algum – e depois, quando fomos chamadas para dar o depoimento, recebemos... A senhora sabe o que recebi no *e-mail* que veio de Brasília? Que nós ameaçamos a segurança nacional. Então, quem ameaça a segurança nacional são as mulheres subversivas, que, naquele dia, fizeram aquele ato dentro de um avião para nos manifestarmos. Já esperávamos e já sabíamos, a partir daquele momento, o que estava por vir. E não foi diferente.

Portanto, esse livro resgata também toda essa nossa história, todas essas nossas lutas de mulheres que no dia a dia não se intimidam. E nós precisamos agora, neste ano em que haverá eleições – e a senhora muito bem trouxe aqui todo esse histórico das mulheres que muitos partidos utilizam ainda, que é muito ruim, esse clichê de laranjas, não é? –, utilizar os 5% de cada partido, mesmo para fazer o debate. Como a senhora disse aqui, e eu estava ali, atentamente, acompanhando, outra questão que também inviabiliza é o orçamento, que as mulheres não têm. Material, que não têm, programa de televisão, pior! Então, nós sempre vamos lá para o final da fila.

Isso é ruim para a gente. Como é que nós vamos ter uma representação? A deputada Neusa, quando abriu aqui, trouxe a informação: 63 cadeiras nesta Casa, só oito mulheres. A Câmara de Vereadores: estão aqui a ex-vereadora Vânia, a secretária Olívia, que também foi vereadora. Das 43 cadeiras, nós temos hoje só oito mulheres.

E aí a gente fala: não basta ser mulher, não é, Dr.^a Márcia? Tem que estar lá para fazer o diferencial e fazer este debate. E é isto que nós vivemos nas Casas Legislativas: a pressão, a ameaça a todo momento, a violência, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia, o racismo também. É com isso que tentam nos intimidar quando a gente vai à tribuna para falar. E temos que ter a força e a coragem para dar conta.

Então, parabéns a todas as autoras que se debruçaram sobre esse trabalho: a nossa professora Linda, que também busca e pesquisa – e nós sabemos do seu empenho, que ultrapassa e vai além.

Por isso é que é importante a gente afirmar: para garantir a democracia, nós precisamos garantir mulheres em todos os espaços de poder e de decisão.

Viva as mulheres! Viva o mês de março! E viva a nossa luta! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Quero agradecer a Martinha, que foi também uma companheira que colaborou muito na mobilização, na organização. Obrigada, Martinha.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Neste momento, ouviremos o reitor da Universidade Federal da Bahia, professor João Carlos Salles Pires da Silva, por 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA:- Boa tarde, não esperava, confesso, mas é uma honra imensa para mim estar aqui neste momento. Queria, em nome da Universidade Federal da Bahia, destacar especialmente a importância do NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, que tem sido alvo de ataques muito diversos que mostram que a luta política hoje ganha contornos ideológicos extremamente delicados.

Mas não posso me furtar de fazer uma menção neste momento. Mesmo nas forças progressistas, mesmo no espaço da universidade, o feminismo parece envolver um certo ponto cego, a luta das mulheres parece envolver, sim, a luta das mulheres, dos negros, das negras, todas as questões parecem não ser extremamente contempladas porque vivemos uma certa ilusão, nós temos uma certa ilusão de que nossa instituição, porque busca o conhecimento, porque a produção do conhecimento se baseia na argumentação, que supõe uma certa igualdade de quantos argumentam, de que nós temos uma relação igual, livre, em que os direitos estão garantidos.

Queria dizer que é muito importante para a Universidade Federal da Bahia, para mim e para o professor Miguez, aqui representado, acho que todos os nossos colegas, Albino, Linda, todos – o fato é que precisamos dentro da universidade, e aqui, Márcia, quero registrar isso, é importante, dentro da universidade, combater todas as formas de autoritarismo, de discriminação, de desigualdade que estão incrustadas por vezes nesses pontos cegos. (Palmas) Nós nem sequer percebemos que a diferença está sendo aprofundada, nem sequer percebemos que a discriminação está se alimentando, e, por isso mesmo, às vezes, não temos a força suficiente para fazer as transformações necessárias.

Acho que, neste momento, a universidade também está sendo atacada, e a universidade, que sempre foi, sempre preferiu, digamos assim, servir às elites, creio que ela é também um espaço de liberdade. Mas para ela ser um espaço de liberdade, devemos transformá-la e fazê-la mobilizar todas as forças que podem operar no sentido da luta pela liberdade, pela verdadeira emancipação de todos nós. E eu creio nisto. É isto que nos mobiliza, é isto que nos alimenta: a ideia de que a universidade é, naturalmente, até contra a sua vontade, por vezes, um espaço de ampliação dos direitos, um espaço de redução das diferenças, um espaço, portanto, que prepara a liberdade do nosso povo.

Obrigado, viva as mulheres, neste mês especialmente. Viva as instituições públicas, parabéns por esse livro O Golpe na Perspectiva de Gênero. Obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, professor João Carlos.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra à professora e representante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da UFBA, concedo a palavra à senhora Márcia Macedo para uma fala de cinco minutos.

A Sr.^a MÁRCIA MACEDO:- É um prazer e uma honra.

Saúdo a Mesa na pessoa da deputada Neusa Cadore. O NEIM está fazendo 35 anos agora em maio e a gente brinca, esperamos que com um corpinho de 35 de luta... E tem sido um momento, assim, muito festivo e, ao mesmo tempo, de luta, porque o NEIM tem sido na universidade brasileira uma referência e, ao mesmo tempo, o professor João Carlos sabe, uma grande responsabilidade.

Nós somos o único grupo acadêmico que conseguiu constituir uma graduação em estudos de gênero. Nós temos um bacharelado, é um curso noturno de quatro anos, chama-se “Gênero e Diversidade”. E tem sido uma porta de entrada da universidade de uma população que, há muito tempo, assim... Nós temos aluna de cinco gerações vivas e ela é a primeira pessoa a entrar numa universidade. E numa universidade pública!

Temos uma aluna que se formou e ela era diarista. E ela dizia que passava na porta da Reitoria quando ela ia para o trabalho e ela achava que a UFBA não fosse um lugar para ela. E ela fala isso num semestre de abertura, o que levou todos às lágrimas. Uma mulher negra, de 56 anos, que entra numa universidade. E essa dívida não está paga. Nós estamos apenas começando.

Hoje, 80% do nosso corpo discente é composto de homens e mulheres negros, e alguns deles são trabalhadores, é um curso noturno. Enfim, apenas para informar, porque algumas pessoas não sabem, há 11 anos temos um programa de pós-graduação em “Mulheres, Gênero e Feminismo”, que é o único do Brasil, especificamente nessa área da América do Sul. De doutorado, é o único da América Latina. E, finalmente, há dois anos, criamos um Departamento de Estudo de Gênero e Feminismo, que é o único no Brasil.

Então, é uma honra e, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade, porque faz de nós uma referência e também um espaço de visibilidade. Como o professor João Carlos falou, tivemos, no ano de 2017, muitas ameaças, inclusive ameaças de vida mesmo, de morte, ameaças às vidas de colegas nossas. Enfim, todos já devem ter ouvido, as ameaças estão chegando cada vez mais perto das pessoas que vêm trabalhando com as questões de gênero, sexualidade, direitos humanos. Enfim, a professora Celi vem falando dessa luta de muito tempo, e apenas as redes sociais e uma sociabilidade virtual nos faz ainda mais expostas, mas todos que militam e lutam por justiça social em algum momento já tiveram suas vidas...

Mas isso não acovarda, ao contrário, acho que é o momento... perdoem eu estar trazendo a questão de gênero para o centro, porque a nossa perspectiva não é pensar gênero como a coisa mais importante, mas pensar que gênero é uma das dimensões

da existência que nos constitui. Não é possível pensar uma relação onde ela não atravesse. Logicamente pensando com igual importância o combate ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, à questão geracional, que a gente não fala, todos nós... O preconceito etário está aí. Mas a questão de gênero vem ganhando um espaço, digamos assim, de um confronto cada vez mais próximo da gente quando as pessoas começam a falar em ideologia de gênero associado ao que há de mais negativo, com pedofilia e uma série de outras questões, quando falar em gênero é defender os direitos da pessoa humana, a equidade e a possibilidade de sermos cada vez mais homens, mulheres, crianças e pessoas num sentido muito plural.

Eu agradeço o convite, somos muitos e muitas ainda para falar e é um prazer estar aqui. Participamos do livro, também, a convite eu e a coordenadora do NEIM, a professora Maíra e de fato é uma honra estar aqui e dizer que continuamos na luta e não só em março, o ano todo, enfim, para a vida toda.

Obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, professora Márcia.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- O reitor estava falando para mim que, infelizmente, não pode ficar para a parte final, mas a gente agradece muito, muitíssimo a sua presença e o seu apoio. (Palmas)

Dando seguimento, convido para se pronunciar a secretária estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Sr.^a Olívia Santana. Lembrando que Olívia é coautora, uma das que oferece um texto para a nossa reflexão.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA:- Boa tarde a todas e a alguns, quero aqui dizer, Linda, da minha felicidade, saudar Linda Rubim e Fernanda Argolo que tiveram esse protagonismo em nos estimular, deputada Neusa, quero saudá-la por essa iniciativa de realizar este ato, esta sessão celebrando essa obra escrita por mulheres, afinal de contas, a história é feita por quem escreve.

Se a gente não escrever sobre a nossa perspectiva, não será possível apresentar à sociedade uma outra lógica que não essa lógica dominante, hegemônica, deputada Fátima, que tanto nos afasta da política. Eu sinto que esse trabalho, vereadora Marta Rodrigues, é um trabalho que nos aproxima da política, que mostra a necessidade de as mulheres participarem da política, que expressa opiniões de mulheres e numa perspectiva de diversidade. Fiquei muito feliz de ter sido convidada para escrever um artigo para esse livro e foi para mim terapêutico, porque a gente precisa botar em algum lugar aquele sentimento... não é apenas... é fundamental o lugar da ação, mas não apenas a ação. É preciso elaborar sobre o que nós vivenciamos em relação ao golpe que removeu da estrutura de poder a única mulher que conseguiu acessá-la.

Então, é uma situação... Professora Celi, que fez uma fala aqui, que considero muito importante e ela disse que as mulheres não estão nas estruturas de poder por conta dos partidos, uma das razões principais. A questão é que nós estamos fora de todas as esferas de possibilidade de poder: o poder econômico ele não é conduzido por mulheres; e é ele quem dita o desenho das casas legislativas, professor Albino

Rubim. É muito difícil para uma mulher que entra na política pela porta da luta política feminista, do movimento social acessar um espaço de poder a partir do projeto que ela apresenta.

É muito fácil você perceber que entre as poucas mulheres que conseguiram entrar pela via eleitoral geralmente têm uma relação de matrimônio que impulsiona, professora Celi, para que esse acesso possa acontecer. Geralmente são mulheres ligadas, com relacionamento com homens poderosos que em determinado momento resolve que sua filha, que sua esposa, ela vai galgar um espaço de poder político.

As mulheres que conseguem acessar essa esfera pela porta do movimento social, geralmente elas entram a partir dos partidos de esquerda, e ainda assim somos diminutas, porque mesmo dentro dos nossos partidos há uma barreira, um muro patriarcado, ele alcança todas as esferas da vida social.

O patriarcado não faz curvas! Ele se impõe, e nós temos que manter uma relação de vigilância, inclusive, de autovigilância até, porque mesmo imersas nessa causa que é tão preciosa, a causa da luta feminista, secretária Julieta Palmeiras e a nossa promotora Márcia Teixeira, e a gente conversava, essa semana, sobre um episódio pitoresco de como o patriarcado nos alcança culturalmente e nos prega peças.

Portanto, é importante entender que é uma luta que é permanente e é múltipla, é em diversos campos, é em diversas frentes, e o registro, a sistematização disso aqui, esse livro, ele é um livro que não pode ser lançado apenas aqui no ambiente da Assembleia Legislativa, deputada Neusa Cadore.

Nós precisamos popularizar esse livro, Meire Castro! Precisamos que outras mulheres que estão se levantando cada vez mais nos territórios mais diversos possam se apropriar do que está escrito aqui. Esse livro não pode ser um livro que fique apenas circunscrito à Academia. Ele precisa extrapolar a Academia! É preciso se saber o que foi aquele fato que abalou a nação, porque nós estamos vivendo sob as consequências desse fato, porque nós mulheres sempre tivemos a nossa cidadania roubada, subtraída, glosada, mulheres e mulheres negras, e mulheres indígenas.

O desafio da interseccionalidade é um desafio urgente, urgente que possamos realizar. Nós, mulheres feministas, precisamos pensar o feminismo sobre múltiplas dimensões. E precisamos pensar, eu quero finalizar dizendo isso, que nós estamos num ano eleitoral e que o golpe não acabou! Nós vivenciamos uma etapa, uma etapa dura e terrível, e dolorosa do golpe quando Dilma, naquele dia 12, ela foi afastada e todo o resto, todo mundo aqui já sabe o que aconteceu e que está aqui muito bem relatado.

Entretanto, ainda não fechou esse processo, ele ainda está em aberto. E o grande momento será outubro de 2018. A Direita precisa limpar a cara do golpe. Precisa de uma representação que possa emergir das urnas. E é por isso que nós estamos vivendo em sobressaltos o tempo inteiro. Tudo que há de mais avançado será atacado. É uma tentativa de destruição, o que acontece com o presidente Lula.

Você é inocente, mas não importa se há prova ou se não há prova, você será condenado. Porque, o grande foco é te remover da possibilidade de uma disputa

eleitoral. Se eu não ganho no voto, então vamos ganhar no tapetão. É assim e toda a representação dessa linha sucessória será atacada.

E nós, mulheres, precisamos saber o que temos a ver com isso. Nós, mulheres, precisamos fazer estratégia eleitoral. Nós não podemos nos contentar em sair correndo para buscar mulheres para serem candidatas. Elisângela, você que conhece sua trajetória de luta. Nós precisamos fazer conta de quantas mulheres nós queremos e vamos eleger (palmas). É isso que vai fazer a diferença e quem são essas mulheres?

Nós precisamos ter novas Dilmás. Novas mulheres que passem pelo crivo eleitoral e consigam viabilidade eleitoral. Nós não podemos fazer e esse março é um mês de muitas retóricas, muita militância, mas muita solidariedade artificial. E precisamos falar sobre isso. Nós queremos solidariedade profunda, em profundidade. Eu quero solidariedade depois de março, depois do dia 8.

Eu quero saber como os homens que vão...e outro dia um deputado, com todo respeito, ele falou no ano passado para mim, assim, num evento, a Natália estava até nesse evento, e ele falou assim: “Mas, secretária, nós usamos a nossa gravata cor de rosa. As mulheres obrigaram a gente a usar a gravata cor de rosa, para mostrar que somos solidários a vocês, mulheres”. Eu falei que prefiro que vocês redefinam a quantidade de cadeiras daquela Casa Legislativa. Ao invés de ter gravatas cor de rosa nos homens, nós queremos mais saias na Assembleia Legislativa. Vai ser muito melhor para todas nós e para todos nós. (Palmas)

Portanto, companheiras e companheiros, nós precisamos ir para além da aparência. Nós precisamos alcançar a essência e nós, mulheres...e eu vou, efetivamente, acabar com essa fala. Nós estamos vivendo a quarta onda feminista e isso é muito importante para todas nós. E o melhor termômetro dessa quarta onda é que, para além da academia, para além do movimento sindical, nós temos mulheres nas favelas, nos bairros populares se levantando e fazendo política.

Nós temos a marcha do empoderamento crespo, nós temos Marcha das Margaridas, 100 mil mulheres foram a Brasília, isso tem que ter algum significado. Isso precisa contribuir com a alteração da configuração do poder.

Portanto, nós precisamos beber em outras fontes, diversificar a nossa atuação. Se nós queremos, com tantas desigualdades nas armas, porque é muito desigual, inclusive, porque a nossa Constituição está em baixa. Você chega numa Mesa dessas você não vê a Constituição, você vê outros símbolos que se sobrepõem, neste momento tão sombrio, à nossa Constituição. E isso é lamentável. Nós não podemos tratar como natural, o que não é natural. Eu inclusive sou da luta contra a intolerância religiosa. Mas tenho um entendimento muito bem estabelecido que o que nós mulheres conquistamos na Constituição não pode ser apagado por nenhum livro religioso. (Palmas) A liberdade, a justiça e a igualdade precisam ser escritas com a tinta da democracia.

É isso, desculpem se falei demais. Estou muito acostumada a falar aqui.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, Olívia.

Dando seguimento, concedo a palavra à promotora de Justiça, Dr.^a Márcia Teixeira pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a MÁRCIA TEIXEIRA:- Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Eu doeí alguns minutos da minha fala para Olívia, porque tem aí os autógrafos, enfim. Então eu disse que falaria bem concisamente. Estou aqui representando a procuradora-geral de Justiça, a minha colega Ediene Santos Lousado, a primeira procuradora de Justiça depois de mais de 450 anos do Ministério Público instalado, instaurado no estado da Bahia. Então acho que é importante fazer esse registro que nós temos essa mulher, que também se submeteu à reeleição recentemente, e nós estamos aguardando do governador pela recondução, assim eu espero, da colega, companheira Ediene Santos Lousado.

Agora, em meu próprio nome, quero registrar que sou promotora de Justiça e pertenço ao Ministério Público, que se chama MP Transformador que durante todo o período do *impeachment*, do golpe, se manifestou contrariamente às formas arbitrárias, que muitas vezes foram usadas, ou se preferir, durante todo esse período foi usada para que se desse o golpe e nós estivéssemos passando por este momento obscuro e sombrio que o Brasil, nós todos e todas, temos enfrentado.

Então eu acho importante registrar que o Ministério Público é plural, existem, assim como fora na sociedade, dentro da nossa instituição, existem também pessoas que entendem que o que aconteceu no Brasil foi golpe, embora o nosso Conselho Nacional do Ministério Público tenha baixado uma resolução que nós não possamos falar sobre isso, alguns colegas respondem a processos. Mas eu sigo falando, porque falo que sou parte do MP Transformador e tem muitos promotores de Justiça no Brasil, menos do que gostaríamos, mas existem promotores de Justiça que gostariam e gostarão muito de ler esse livro porque, de fato, vivemos um golpe no Brasil. (Palmas)

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, Dr.^a Márcia.

Convido agora a nossa secretária estadual de Políticas para as Mulheres, lembrando que ela está aqui representando o governador Rui Costa. Com a palavra Julieta Palmeira.

A Sr.^a JULIETA PALMEIRA:- Boa tarde.

Eu estava ali na Mesa pensando e vendo essa Casa cheia de mulheres. E a primeira coisa que me vem a mente é exatamente isso: aqui é o lugar das mulheres. Esta Assembleia Legislativa tem que ser o lugar das mulheres e não apenas a “Casa das oito mulheres” que é a bancada feminina nesta Assembleia Legislativa; sete mulheres tem a Câmara Municipal de Salvador. Então nós temos duas Casas Legislativas. Uma Casa Legislativa estadual que possui oito mulheres e uma Casa

Legislativa municipal que possui sete mulheres. Então são Casas em que as mulheres estão sub-representadas.

Então ao ver esse Plenário cheio de mulheres, também com homens, me vem à mente exatamente isso: que nesse 1º de março em que a Assembleia Legislativa, por iniciativa da coordenadora da bancada feminina da Assembleia Legislativa, trago aqui tanto a vocês que aqui participam como a nossa Neusa Cadore, deputada estadual, coordenadora da bancada feminina da Assembleia Legislativa, o abraço do governador do estado que está hoje num evento institucional.

Neste momento em que a Assembleia abre as ações do Março Mulheres – eu queria aqui dizer mulheres, porque quando nós estamos falando de mulheres, nós estamos falando de mulheres cis, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais e mulheres trans. Por isso eu queria saudar exatamente falando o termo no plural, ou seja, nós estamos abrindo aqui o Março Mulheres. E é uma grande iniciativa da Assembleia Legislativa fazer isso hoje aqui, discutindo um tema muito relevante para nós que é Mulheres e Democracia e um tema no lançamento que teremos da nossa Linda Rubim e da Fernanda Argolo com várias participações de mulheres aqui presentes: Mary Castro, Olívia Santana, não sei se a Maíra Cumbique está aí, e outras mulheres discutindo o golpe sob a perspectiva de gênero.

E aqui a professora Celi Regina Pinto fez uma excelente exposição exatamente sobre a relação de gênero com a questão da democracia e, no nosso caso, o golpe.

Queria dizer a vocês – porque o tempo é curto, todas as minhas secretárias estão aqui, hoje somos cinco secretárias do governo do estado –, que essa discussão sobre democracia é uma questão fundamental para nós, enquanto gênero; enquanto nós, mulheres.

Porque aqui na Bahia, em 493 anos, nunca houve uma governadora; em mais de 493 anos nunca houve uma prefeita em Salvador, na capital. Isso revela o grau de desigualdade de gênero que temos em nosso país e aqui na Bahia; isso revela que gênero tem a ver com democracia; isso revela que não é possível discutir democracia sem discutir a desigualdade de gênero, a sub-representação feminina nos espaços de decisão na sociedade. Essa é uma questão que temos levantado, porque até a democracia representativa, se há uma sub-representação da sua maioria nos grandes espaços do Parlamento, dos Legislativos estadual e municipal, essa democracia não se apresenta de forma concreta.

Segundo, porque a desigualdade de gênero tem relação com o machismo – a sociedade patriarcal dentro do capitalismo –, com a questão do racismo, e que nós temos que acabar com esse sistema de desigualdades. Essa é a perspectiva quando discutimos democracia e quando discutimos o sistema de desigualdades, a desigualdade de gênero – me assusta cada vez que esse negócio apita aí –.

Queria dizer, encerrando, porque 5 minutos não é fácil, no sentido de que isso é o que temos a ver com democracia. E temos mais ainda a ver com democracia ao lutar, porque comprometida com os destinos e sobretudo com essa onda neoliberal que está em nosso país, que dilapida o patrimônio nacional, subtrai os direitos das

trabalhadoras e dos trabalhadores e que redime, exatamente, o que mais de concreto a gente tinha em frente, ou seja, suprime a democracia.

Então, acho que essa é uma questão fundamental de participação das mulheres, não apenas a participação para a defesa da democracia no geral, mas de participação efetiva para pôr o que as mulheres têm a ver com essa luta pela democracia, e o que essa democracia tem a ver com as mulheres na superação da desigualdade de gênero. Concordo explicitamente que o ano de 2018, sem dúvida nenhuma, é um ano para a discussão da participação política das mulheres nos espaços de decisão.

E aqui quero dizer uma coisa, quando uma se destaca, a outra tem que comemorar, a outra tem que ficar alegre, é uma puxando a outra. É assim que a força dessas mulheres pode projetar uma desigualdade de gênero que, efetivamente, afeta nossa sociedade, representa um atraso civilizacional. No meu entendimento, e estou cada vez mais convencida de que a superação da desigualdade de gênero em nosso país, de uma sociedade machista, sexista e racista representa um grande avanço civilizacional. E nós, mulheres, e em especial as mulheres negras que já se levantam com grande força... é... devemos ser protagonistas nesse avanço civilizacional.

E por fim, encerrando, queria dizer a vocês que nós estamos aqui abrindo o Março Mulher, não apenas para dizer das nossas agruras, das nossas... mas também para dizer que nós temos esperança que este país vai superar esse atraso civilizacional que nós temos. Nós vamos estar não mais em números que nos envergonham em relação à igualdade de gênero, mas vamos todas unidas superar essa situação e partir para consolidar a democracia em nosso país, eleger mulheres para o Parlamento, para o Legislativo estadual e para o Legislativo municipal. Essa é uma luta suprapartidária, mas que também tem partidos.

Então, exatamente, é fundamental essa questão de ter mulheres comprometidas com o avanço da sociedade, com o avanço civilizacional, porque isso mostra que as mulheres têm, exatamente, a perspectiva de avanço para o nosso país. E segundo, nós não podemos ao lado da defesa da democracia participativa, da democracia política... temos que levar em conta essa questão do enfrentamento da onda conservadora; é essa onda que coloca o estado laico abaixo de muitas ideias, é essa onda que critica os estudos de gênero, que abala o NEIM, por exemplo – a quem empresto aqui a minha solidariedade –, e outros núcleos de gênero que pesquisam.

Por isso, nós precisamos levar adiante que a ideia de um pensamento crítico, de uma universidade que constrói um pensamento avançado, um pensamento descolonizador, não pode deixar de abordar a questão da desigualdade de gênero em nosso país. E é por isso que a onda conservadora, essa onda do atraso precisa ser rompida imediatamente, porque ela dá sustentação à subtração da democracia em nosso país.

Por isso, parabéns a Celi Regina; a nossa linda Rubim, de quem tenho o maior orgulho de ver aqui a organização, junto com Fernando Argolo, desse livro; e a nossa promotora e coordenadora da bancada feminina, Neusa Cadore, e agora Fátima Nunes. Então, saúdo a todas: Elis, Angela, Martinha, Olívia, Marcia Teixeira, todas parceiras nessa luta. Um abraço. Vamos nos unir para enfrentar essas mudanças.

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, secretária.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Gente, é chegado um momento muito especial agora. É uma honra muito especial a gente poder estar abrindo o Março Mulher com esse evento grandioso! O livro traz um tema que a gente não pode adiar, um tema extremamente necessário sobre a democracia na perspectiva das mulheres; o golpe na perspectiva das mulheres. Então, eu queria agora convidar a professora Linda Rubim, convidar carinhosamente, saudar a sua trajetória, ela é a fundadora do NEIM, é uma formadora de várias gerações, com uma capacidade enorme de despertar consciências. Essa trajetória toda, com certeza, deu à sociedade, contribuiu para que tenhamos muita gente boa aí, homens e mulheres preparados para a luta.

Daqui a pouquinho iremos ao saguão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Agora gostaríamos de ouvir a nossa querida Linda Rubim, que é uma das organizadoras do livro. (Palmas)

A Sr.^a LINDA RUBIM:- Boa tarde a todas e a todos! Trouxe o meu dever de casa bem arrumadinho. Esse boa tarde vai de forma muito calorosa, porque vocês estão aqui, junto conosco, para comemorar o início deste Ano Internacional da Mulher, o qual percebemos que sinaliza momentos que serão muito significativos para o Brasil, para nós, mulheres. Tenho fé nisso!

Antes de qualquer coisa, eu quero saudar a deputada Neusa Cadore, líder da bancada feminina, pelo acolhimento que ela nos proporciona nesta Casa. Ela nos permite vivenciar a ambiência do local, a Casa da política, representação refinada do espaço público, o que é ou o que deveria ser um local de realização dos postulados democráticos da sociedade.

Foi muito bonito ver essa Mesa. Até brinquei com meus magníficos, pois eles estavam aqui fazendo uma presença qualificada, mas que ele... eu não resisti dizer que estava sendo minoria. Uma pena que eles já foram embora, riram muito, e eu acho que... Porque realmente eles estão apoiando. Por isso, que os chamo de uma representação qualificada.

Bom, como eu dizia, essa Mesa tem o poder de nos reencantar. Cheguei a lembrar de minha avó, pois ela costumava dizer assim quando desejava: “Eu não morro sem ver isso!”. E hoje eu digo: “Eu vivi para ver isso!”. Isso para mim é muito significativo.

Então, o reencantamento que essa Mesa nos dá vem com a esperança e a força que vamos adquirindo para reescrever a nossa história. A história de um mundo menos desigual, mais humano, que nos comprometa, cada vez mais, com uma cultura cidadã, na qual as diferenças não resultem em desrespeito e violência de qualquer natureza. Um mundo que reescreva a história das desigualdades, das diferenças; entre elas a questão de gênero, foco deste nosso encontro.

Bom, agora passo para apresentação do livro: O Golpe na Perspectiva de Gênero, organizado por mim e pela jornalista e doutoranda Fernanda Argolo. (Palmas)

Eu experimento com Fernanda, desde muito tempo, uma saudável convivência de interesses nos percursos das nossas pesquisas, sempre com foco na relação entre comunicação, cultura e gênero.

Ontem, eu dizia a ela, e repito aqui, agora, que embora esse livro não derive de um projeto de pesquisa formal, ele é resultado de nossas práticas cotidianas de investigação.

Desde o mestrado, Fernanda investiga a mulher em situação de poder, com foco na presidente Dilma Rousseff. Tais estudos dialogam com meu interesse de pesquisadora do processo de reconhecimento da mulher enquanto sujeito. Então, estamos coladinhas nessas possibilidades dos estudos da mulher.

O livro começou a ser gestado em 2016, ainda durante o pretenso *impeachment*, exatamente pelo incômodo das ausências de reflexões sobre o papel e a importância da questão de gênero nesse conturbado processo de ataque à democracia.

Nesse sentido, expressamos nossa satisfação com as diversas manifestações que começam a preencher essa falta. Elas aconteceram em diversas modalidades de atividades e em diversas regiões do Brasil e do mundo, como uma espécie de questão de ordem que se espalhou, agendando essa discussão.

Com base nesse contexto, adotamos como lema da apresentação do livro a oportuna campanha do NEIM, “Precisamos Falar de Gênero”.

A ausência de discussões de gênero no processo ilegal do *impeachment* é mesmo muito evidente, gente! Quando a gente se debate com os materiais que foram construídos, é uma bandeira de falta. O afastamento da presidenta Dilma, primeira mulher eleita, escolhida para liderar o Brasil, possibilitou diversos e inflamados debates sobre economia, política e corrupção, claro. No que diz respeito à questão de gênero, predominou um inquietante silenciamento, com uma irreparável lacuna, apesar de muitas tensões que estavam presentes. A questão de gênero ficou à margem das pautas de discussões, relegada ao *status* de questão menor.

Tal silêncio durante a feitura desse livro nos levou a revisitar outros momentos da história das mulheres, a exemplo da campanha do direito de votar e ser votada, conquistado há praticamente 100 anos. Desde lá, essa falta continua muito presente. Branca Moreira Alves, em tese elaborada – essa referência foi até uma inspiração da professora Céli – na década de 80, observa que a historiografia brasileira, quando se refere à conquista do sufrágio feminino, geralmente silencia sobre seus processos de luta. Fala do episódio, mas não fala sobre os processos, não fala sobre as protagonistas. Então, fica parecendo que aquela conquista acabou sendo uma coisa, agora estou citando, que “as mulheres se tornaram eleitoras por uma dádiva generosa e espontânea. Sem que tivessem lutado ou demonstrado qualquer interesse por esse direito”.

Oitenta e quatro anos se passaram desde a conquista do direito de votar e ser votada até a deposição da presidenta Dilma Rousseff.

Fazemos essa evocação de tempo, quase um século, para enfatizar a complexidade e o caráter conturbado da construção da história das mulheres no Brasil e no mundo, marcada por avanços, retrocessos e lutas pela constituição da cidadania feminina.

Em tais circunstâncias, enquanto organizadoras do livro, resolvemos convidar um coletivo de mulheres. Saímos buscando mulheres que estivessem dispostas a escrever um ensaio sobre aquela situação. E para nós foi uma surpresa muito interessante que por volta de 10 dias a gente já tinha praticamente todos os ensaios escritos, as pessoas tinham nos mandado. Um ou outro trabalho teve algum problema, mas chegaram. O que isso denota? Denota que aquela nossa hipótese – de que era uma falta – acabou sendo sentida por todo esse coletivo de mulheres que a gente conseguiu organizar. Todas estavam engasgadas com aquela vontade de falar de gênero, vontade de falar deste problema.

A receptividade da ideia foi grande. O livro consta de doze ensaios voltados para o enfrentamento de gênero que acompanharam a gestão e a crise do mandato da presidenta Dilma Rousseff; as reações das mulheres à sua destituição; e os impactos do golpe para a participação política das mulheres no Brasil.

Entre as autoras temos um time de peso, muitíssimo positivo, com experiências... São diversos lugares de fala, mas com muita experiência na relação com esses estudos, com essas reflexões. Nós temos Nilma Lino Gomes e Eleonora Menicucci de Oliveira; a senadora Vanessa Grazziotin; a secretária do Trabalho Emprego, Renda e Esporte – é comprido esse nome! – Olívia Santana; as professoras Céli Regina, Clara Araújo, Flávia Biroli. E olhe, cada uma dessas... são poucas, mas a gente tem varando esse Brasil inteiro. A gente tem Brasília, a gente tem Rio de Janeiro, enfim, vários lugares.

A publicação destaca como o processo histórico de inserção das mulheres ao espaço político tem sido marcado por uma dinâmica de lutas. As autoras recuperam o debate sobre o que é ser político na conjuntura brasileira e por que Rousseff foi considerada uma mulher fora de seu lugar. É uma mulher estranha, Rousseff é uma mulher considerada diferente ao modelo de mulher. A representação estereotipada da presidenta pela mídia e a banalização do debate sobre as mulheres em locais de poder é um dos pontos altos do livro que recupera os episódios de sexismo que marcaram a gestão Dilma Rousseff.

Outra questão bastante evidenciada pelas autoras... Eu queria só fazer uma observação: quando nós pedimos os ensaios nós não determinamos o que as pessoas iam escrever. Tínhamos o tema geral, e elas fizeram as suas escolhas. Foi uma variedade muito grande de temas, e uma questão muito importante evidenciada foi a do aumento do conservadorismo no Congresso Nacional, com ataques direto ao debate sobre gênero e com projetos de lei que restringem os direitos das mulheres do povo brasileiro.

A exclusão das mulheres dos cargos de primeiro escalão do Executivo foi uma das primeiras medidas do governo Temer, associada ao desmonte da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Merece destaque também no livro as seis mulheres que não aceitaram ser indicadas por Temer para ocupar a Secretaria da Cultura. Foi assim uma resposta muito contundente dessas mulheres ao dizerem não a um organismo que tinha sido rebaixado e que estava sendo ofertado para compor um quadro de fotografia. Ou seja: “Pegamos essas mulheres e vamos colocá-las para cuidarem do campo da cultura”. E aí já vai um pouco do descaso com a cultura.

Sobre isso, no livro uma das pessoas convidadas, a professora e gestora cultural Cláudia Leitão, fez um texto reafirmando, com segurança, o absurdo sentimento de desrespeito quando foram convidadas para ficarem nesse lugar, que era para compor esse quadro.

São destaques ainda da publicação as análises sobre o impacto das reformas trabalhista e previdenciária para as mulheres brasileiras, em especial para as trabalhadoras domésticas.

O livro é um convite à reflexão sobre gênero no Brasil e sobre a importância da participação das mulheres para o amadurecimento da democracia brasileira.

Somos de opinião que a eleição da mulher Dilma Rousseff, com mais de 55 milhões de votos de brasileiras e brasileiros, em 2010, representou uma mudança significativa para a história das mulheres e, particularmente, para o perfil presidencial do país, até então exclusivamente dominado por homens.

Uma coisa que nos encantou muito no momento em que estávamos estudando as imagens, as notícias sobre o governo Dilma e o *impeachment*, foi o quão inaugurador, o quão importante foi aquela figura, aquela dupla de mulheres, a mãe e a filha, inaugurando uma nova forma, dando um novo tom para aquela cerimônia de posse. Foi realmente um momento que nunca tinha sido visto.

O que nos surpreendeu também foi que aquela imagem, aquele momento foi completamente descartado pela grande mídia, que preferiu voltar os olhos para a mulher do vice-presidente e ainda disse cinicamente: “A Dilma até que se esforçou, mas na verdade quem encantou e atraiu os olhares foi a mulher do vice-presidente Temer”.

Bom, encerro aqui essa apresentação. Deixo aberta a narrativa, porque ela não acaba. A gente tem certeza de que nunca deve colocar um ponto final nessa história, até que os nossos direitos sejam reestabelecidos. Enfim, o que a gente espera é que seja um livro que, minimamente, pelo menos, fomenta as discussões; que ele fomenta a necessidade de contar a história das mulheres de uma outra forma; que ele fomenta e garanta que, através desses debates, a gente consiga... A secretária Julieta falava: “As mulheres têm que estar mais aqui. Esse espaço é nosso”. Para mim, hoje, esse espaço aqui – por isso os meus agradecimentos à deputada Neusa – é realmente um ambiente que acaba sendo estranho. Passa à margem dos nossos cotidianos. Eu acho que no dia em que a gente conseguir ocupar esses espaços públicos, tiver a segurança, certamente será dia de empoderamento, dia de reconhecimento da gente, enquanto mulher.

Bom, eu não estou colocando um ponto. Eu digo assim, estou querendo usar as estratégias das narrativas que a gente está acostumada a ver, o resto, as outras

histórias que a gente conta no livro, a gente vai ter com a leitura do livro. Obrigada. Eu espero todo mundo no pátio, porque vocês vão ter mais de perto o livro que foi construído, afinal de contas está chegando a 2 anos. O.k. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Eu quero, em nome de todas as pessoas que estão aqui... Como muito bem falou a professora Linda, ela não coloca um ponto, não é? É um convite. Que a gente consiga levar esse livro, com certeza, para muitas outras pessoas. Quero agradecer muito pelas suas palavras, compartilhando esse tempo, essa construção e essa esperança, essa crença. Ela falou uma coisa muito bonita: ela acredita. E nós acreditamos também, não é? Então, vamos finalizar com o hino da Bahia e depois vamos ter um tempinho lá no saguão para recebermos o livro, para nos encontrarmos, para nos abraçarmos, e terá um *coffee break* no final.

Então, convido para ficarmos de pé para ouvirmos a execução do hino da Bahia.

(Execução do Hino ao Dois de Julho.)

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, nós queremos agradecer a presença das autoridades civis, militares, dos senhores e senhoras, de todas as companheiras, das delegações que vieram do interior, a presença da imprensa. Agradecemos a todos que contribuíram para que acontecesse este evento e declaro encerrada a presente sessão, convidando a todos para compartilharmos este momento no saguão.

Agradecemos a todos que contribuíram para que acontecesse este evento. E declaro encerrada a presente sessão, convidando a todos para agora compartilharmos deste momento no Saguão Nestor Duarte.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.